

10

Educação, Desenvolvimento e Ação Local Comunitária

CADERNOS ICE

Fernando Ilídio Ferreira, Germán Vargas Callejas e Orlando Freitas (Org.)

*Educação, Desenvolvimento
e Ação Local Comunitária*



INSTITUTO
DAS COMUNIDADES
EDUCATIVAS **10**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO, p. 7-17

Fernando Ilídio Ferreira, Germán Vargas Callejas e Orlando Freitas

PARTE I - PERSPETIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

PERSPETIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO:

DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO, p. 21-45

João Caramelo e Fernando Ilídio Ferreira

EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: REFERENTES TEÓRICOS, PERSPETIVAS DE INTERVENÇÃO, p. 47-74

Paulo Delgado, Luís Rothes e Lídia Mota

VISIONES ACTUALES DE LA ACCIÓN COMUNITARIA EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE BIENESTAR: RETOS PARA LOS SERVICIOS SOCIALES EN ESPAÑA, p. 75-95

Laura Varela Crespo

EDUCAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

DESAFIAR AS FRONTEIRAS E APRENDER A ESCUTAR O SUL, p. 97-109

Júlio Goncalves dos Santos

CONTRIBUTOS PARA PENSAR A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO MUNDO RURAL, p. 111-125

Fernando Ilídio Ferreira e João Caramelo

“SE NÃO SABE, PORQUE É QUE PERGUNTA?”, p. 127-141

Irene Santos

PARTE II - ESTUDOS, PROJETOS E PROPOSTAS

EL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LOCAL EN LAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE LOS ANDES, UN ENFOQUE EDUCATIVO Y SOCIAL, p. 145-169

Germán Vargas Callejas

COMUNIDADES UNIVERSITARIAS EN TRANSICIÓN.

EL CASO DEL PROGRAMA USC EN TRANSICIÓN, p. 171-193

Lucia Iglesias da Cunha e Miguel Pardellas Santiago

ASSOCIAÇÕES E INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL:

O PROJETO “À DESCOBERTA DO MUNDO RURAL”, p. 195-205

Joana Lúcio, Orlando Freitas e Fernando Ilídio Ferreira

PATRIMONIO, EDUCACIÓN CULTURAL Y DESARROLLO LOCAL.

UN PROYECTO SOCIOCULTURAL EN BUÑO, PUEBLO ALFARERO, p. 207-226

Héctor Pose

ESCOLA E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA: INTERGERACIONALIDADE, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL, p. 227-266
Abílio Amiguiho

COMUNIDADES DE APRENDIZAJE: DE LA TRANSFORMACIÓN EDUCATIVA A LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL, p. 267-286
Sandra Girbes Peco y Rosa Valls Carol

PROFISSIONAIS DE INTERVENÇÃO EM REDE: UM ESTUDO SOBRE TRÊS EXPERIÊNCIAS DE REDES SOCIAIS, p. 287-316
Daniela Gomes e Ana Paula Marques

Redes Interorganizacionais: (Ir)Relevância do trabalhos dos profissionais na intervenção em rede

Daniela Gomes

danielaffgomes@hotmail.com

Ana Paula Marques

Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

amarques@ics.uminho.pt

Nota Introdutória

O Programa Rede Social (PRS) é uma medida de política pública criada a partir da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 197/97 e foi implementada no campo da política social de forma experimental e gradual, com enfoque no combate à pobreza e exclusão social e como uma tentativa de territorialização das políticas sociais.

De acordo com Henriques (2014) e Morais & Rodrigues (2014) assiste-se à criação de um programa que visa o desenvolvimento de intervenções assentes num planeamento estratégico participado e a obtenção de maior eficácia e eficiência na mobilização de recursos, contribuindo, assim, para o afastamento progressivo das visões restritamente paternalistas e tradicionais de intervenção no campo social.

Os princípios basilares à sua materialização no âmbito do desenvolvimento local passam pelo crescente enfoque no apelo à participação do conjunto alargado de agentes, trabalho em sede de parceria entre as organizações e recursos humanos que lhe dão corpo e pelo processo de planeamento estratégico e ação coletiva.

Este processo de intervenção em rede impulsiona a identificação das necessidades, problemas, recursos e potencialidades a mobilizar na definição das prioridades e ações estratégicas em prol do desenvolvimento local, tal como Almeida (2008) refuta.

No entanto, o processo de planeamento estratégico subjacente ao PRS tem confrontado as diferentes organizações e profissionais que integram as Redes Sociais (RS's), com a necessidade de repensar as suas formas de atuação e de aquisição de novos conhecimentos. Implica ainda, que haja uma conciliação de lógicas de intervenção organizacionais mais centralizadoras e hierarquizadas com os princípios de

horizontalidade, cooperação e participação introduzidos pelas dinâmicas de intervenção em rede, ou seja, *top-down* e *bottom-up*.

Tendo por base os desafios e condicionalismos que os profissionais defrontam ao participar na Rede Social (RS) concelhia enquanto membro de uma organização, desenvolveu-se um processo de investigação centrado numa abordagem qualitativa. A exploração deste tema de investigação está subjacente ao reconhecimento do PRS enquanto espaço de aprendizagem para os profissionais de novas formas de pensar e agir no desenvolvimento as intervenções territoriais.

Pretendeu-se captar e explorar as conceções que os profissionais têm sobre o PRS, na sua globalidade, enquanto medida de política pública centrada na promoção do desenvolvimento local e nos contributos para a coesão territorial, e na especificidade, no envolvimento dos profissionais nas dinâmicas de intervenção em rede e processos de planeamento que lhe estão subjacentes.

Denotamos ainda que Henriques (2014) e os investigadores envolvidos na última avaliação do PRS (IESE, 2012a) este se encontra numa fase designada por ‘ciclo de consolidação’ e com contributos claros para a promoção da coesão territorial, nomeadamente pela mobilização das organizações locais para a definição de ações e respostas adequadas às especificidades de cada território.

Henriques (2014, p. 28) reforça assim que esta medida de política se inscreve numa perspetiva de coesão territorial pela “...organização de processos de aprendizagem, produção de conhecimento e desenvolvimento de competências imprescindíveis à mobilização do ‘potencial endógeno’ às comunidades locais e à mobilização integral de recursos”.

1. Enquadramento teórico-conceptual

1.1. Do conceito de Rede à tipologia de Redes Interorganizacionais

1.1.1. Rede um conceito multidimensional

As investigações sobre o conceito de rede, nas várias áreas de conhecimento humano têm, nas últimas décadas, apresentado sentidos e aplicações distintas. Referências desde o séx. XVII demonstram o longo percurso realizado até adquirir um espaço na investigação científica, tal como refere Portugal (2007). É neste contexto que o conceito de rede

adquire um carácter de multidimensionalidade, fruto das diferentes abordagens, características e pontos de análise que as áreas científicas lhe foram conferindo.

Portugal (2007) aborda que o estudo da teoria das redes no seio da teoria sociológica, parte da teoria dos grafos¹, e assume uma perspetiva de análise da estrutura social. Esta mesma autora defende que a teoria das redes permite analisar a relação entre estrutura social e ação individual, na medida em que as trajetórias sociais do indivíduo não são determinadas, de forma isolada, pelo seu comportamento individual ou pela sua posição na estrutura.

O enfoque da análise de redes (“network analysis”) desenvolvida por Wellman (1988) parte da análise da estrutura das redes e dos efeitos que diferentes formas estruturais têm na mobilização de recursos e na construção de oportunidades para os seus membros, preocupando-se com as redes enquanto fonte de suporte social.

Por seu turno, Portugal (2007) identifica três tipos de abordagens para a análise de redes: abordagem estrutural (reconstituição da rede através do contacto com todos os seus elementos – procedimentos sociométricos); abordagem relacional (seleção de um informador privilegiado que reconstitui as relações entre os diferentes membros da rede); e abordagem egocentrada (reconstituição da rede de relações num determinado indivíduo) (Portugal, 2007).

Assume-se o conceito de rede como um conjunto de interações sociais estabelecidas por pessoas ou organizações, de uma forma mais ou menos estruturada e que permite “...aos atores sociais a capacidade de construção e de mudança, não só das suas próprias identidades (individuais e sociais) mas também das identidades dos outros com quem constroem as respetivas redes de relacionamento”, tal como é explicitado por Alves, Cheta & Martins (2008, p. 7).

1.1.2. Tipologia de Redes Interorganizacionais

A análise das relações que se estabelecem entre as organizações, numa lógica de rede, foi na perspetiva de Nohria (1992), desenvolvido de forma progressiva e a partir de três

¹ Os estudos acerca deste conceito dão os seus primeiros passos a partir da teoria dos grafos desenvolvida pelo matemático Leonhard Euler. Euler nas suas investigações centrou-se na procura da solução no acesso da cidade prussiana de Königsberg por volta do século XVIII através de pontes. Para este, o problema consistia em atravessar todas as sete pontes que conectavam a cidade sem passar duas vezes pela mesma ponte, demonstrando que isso não poderia ser feito através de um teorema em que tratava as pontes como arestas e os lugares que deveriam ser conectados como nós. Esta teoria assenta na premissa de que um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas, que dariam forma a uma rede.

fatores: a nova competição (alteração na forma como as organizações se relacionam); o desenvolvimento tecnológico; e, a maturidade das produções acadêmicas sobre esta temática.

Também Andrade (2006) entende a abordagem das organizações em rede como uma nova forma organizacional, bem como um instrumento de viabilização da comunicação e mecanismos de poder. Neste contexto, as relações desenvolvem-se numa lógica mais horizontal e não tanto hierarquizada nos processos de coordenação e de gestão, o que irá facilitar a articulação entre os diferentes atores organizacionais e/ou sociais (Andrade, 2006).

Giglio & Ryngeblum (2009) destacam que a emergência das redes interorganizacionais foi impulsionada por fatores como a: i) exigência contínua de mudança e inovação, resultante de um aumento da incerteza sobre os cenários de um mercado e um macroambiente de mudanças rápidas; ii) progressiva necessidade de intercâmbio face à crescente especialização das organizações; iii) necessidade de melhores processos de qualidade, implicando o desenvolvimento de cooperação; iv) crescente importância das informações, cujas origens e disponibilidades podem ser compartilhadas; e por último, v) o trabalho conjunto entre promotor e beneficiário do serviço prestado implicando tarefas cooperadas.

Em alinhamento com a perspectiva dos autores Oliveira, Andrade & Cândido (2007), evidenciamos que as redes interorganizacionais constituem-se simultaneamente como uma rede (unidade), um tecido organizacional (organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos) e uma multiplicidade de atores que integram um território. Estas procuram promover sinergias entre as organizações através de: cooperação nas suas ações, troca de conhecimentos, aprendizagem organizacional e maximização de recursos endógenos e exógenos.

Assim, as redes interorganizacionais consubstanciam-se na premissa de que o todo organizacional é potencialmente maior que os atores isoladamente, na medida em que as sinergias criadas fazem surgir qualidade que não existia. As organizações de um mesmo território desenvolvem uma intervenção em rede e criam redes de parceria entre si, no sentido de promover articulação e conjugação de esforços entre os atores locais que, maximizam os recursos, priorizam e planeiam de forma integrada os caminhos e as estratégias que vão de encontro às necessidades dos territórios, como nos mostra Monteiro (2008).

1.2.O PRS enquanto instrumento de desenvolvimento local

A constante mutação dos fenómenos sociais atuais tem exigido uma progressiva (re)adaptação da intervenção das organizações, de um dado território, para uma compreensão multidimensional das causas e dos contextos específicos onde estes se desenvolvem. Este facto implica que as intervenções sejam desenvolvidas em sede de parceria e o mais territorializadas possível (IDS, 2001).

Esta visão territorializada dos problemas é introduzida na década de 90, no seio das políticas de carácter social, as quais assentavam na descentralização e territorialização de competências para o combate à pobreza e exclusão social, bem como no recurso sistemático a períodos de experimentação de projetos-piloto², tal como os investigadores da última avaliação nos transmitem (IESE, 2012a).

É neste contexto de desenvolvimento de novas políticas sociais, que se assiste, no final da década de 90 em Portugal e através da RCM 197/97, de 18 de Novembro, à criação da política pública designada “Programa Nacional da Rede Social” (abordado como RS). Este documento define a RS enquanto “[...] fórum de articulação e congregação de esforços [que se baseia] na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar” (RCM, nº197/97, p.6253).

De acordo com a análise realizada ao Relatório Final de Avaliação 2010-2012 do PRS (IESE, 2012a), denotamos que a implementação deste programa tem-se desenvolvido de forma cíclica e assume, na contemporaneidade, um papel cada vez mais preponderante no seio das políticas europeias de coesão territorial, na medida em que incorpora, desde a sua génese, uma abordagem integrada e territorializada dos problemas. Inicia-se, de forma experimental, com a RCM nº 197/97 enquanto programa de combate à pobreza e exclusão social. Posteriormente é definido o seu modelo de funcionamento no Despacho Normativo (DN) nº 8/2002 e é regulamentada a sua estrutura orgânica no Decreto-Lei (DL) nº 115/2006, de 14 de Junho.

Para alguns investigadores (IESE, 2012a; Abreu, 2003) o propósito central do PRS é o de promoção do desenvolvimento local e, simultaneamente, o combate à pobreza e exclusão social, a partir de uma: visão territorializada dos problemas e maximização dos recursos endógenos/exógenos; cultura de parceria alargada entre as organizações locais;

² Exemplo disso são as seguintes medidas de política: Redes Regionais de Emprego; Rendimento Mínimo Garantido; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Programa de Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil; etc.

responsabilização dos agentes envolvidos; e, troca de informação entre parceiros como forma de construção de plataforma comuns de ação.

Para tal, foram delineados como seus objetivos centrais, no DL nº 115/2006 e em complemento por Alves (2012), a: i) promoção de um desenvolvimento local integrado, sistemático e o mais territorializado possível; ii) mobilização e maximização de sinergias, competências e recursos institucionais e da comunidade; iii) coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia, para uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais; iv) elaboração do diagnóstico e planeamento estratégico participado; e, v) integração e concretização dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) e Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento.

O alcance destes objetivos passa pela adoção de um modelo de governança colaborativa³ assente na organização dos agentes estatais e não estatais em processos de tomada de decisão coletivos, formais e orientados para o consenso. Para tal, os investigadores envolvidos na última avaliação resgatam os princípios que regulamentam a estrutura orgânica da RS e “...através dos quais associa novas formas de governança (integração, articulação, participação), subsidiariedade (mobilização integral de recursos locais) e inovação (...)” (IESE, 2012b, p. 1).

Ainda com base na última avaliação (IESE, 2012a) e Monteiro (2008) denotamos que é subjacente a estes princípios de atuação do PRS que se desenvolve uma intervenção em rede, entendida como um motor dos processos de desenvolvimento local, que favorece a: articulação de organizações governamentais e não-governamentais; mobilização de parcerias para desenvolver ações multisectoriais; e, partilha de informação e recursos, com vista à maximização das intervenções e resolução dos problemas à escala dos respetivos territórios.

Neste sentido, tal como Alves (2012) desenvolve na sua investigação, a base metodológica subjacente à Rede Social passa pelo planeamento estratégico da intervenção social local e pela mobilização dos agentes/organizações, numa lógica integrada e participada. Estes pressupostos são fundamentais para a elaboração conjunta dos principais documentos estratégicos, nomeadamente: o Diagnóstico Social (DS)

³ Este tipo de governança estimula o trabalho em rede e a comunicação com os diversos parceiros, incluindo mecanismos que estimulam o debate, planeamento e operacionalização de ações coordenadas e com responsabilidade partilhadas. Permite ainda, a captação de massa crítica e valor acrescentado aos objetivos de desenvolvimento territorial (Pereira, 2013).

relativo às principais dinâmicas sociais locais e à priorização das necessidades e problemas a nível concelhio; o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) onde se espelham as estratégias de intervenção, que visam a resolução/minimização dos problemas identificados; e, os Planos de Ação (PA).

O IDS (2001) desenvolveu o PRS enquanto plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social estruturada a uma escala local, regional e nacional, onde estão representados os diferentes níveis de parceria político-institucional, nomeadamente: Comissão Social de Freguesia (CSF) e/ou Comissão Social Interfreguesia (CSIF) (presidido pelas Juntas de freguesia e composto pelos parceiros da freguesias correspondentes); Núcleo Executivo (NE) (organizações que representam os diferentes setores de intervenção); Conselho Local de Ação Social (CLAS) (presidido pelo Presidente de Câmara e composto pelo conjunto de parceiros do território); Plataforma Supraconcelhia (liderada pelo Centros Distritais de Solidariedade e de Segurança Social); Núcleo da Rede Social Nacional (alocado no Instituto de Segurança Social, Instituto Público – ISS, I.P.).

De acordo com a perspetiva de Gonçalves (2008), a RS assume-se como uma plataforma de ação coletiva que congrega uma diversidade de interlocutores e competências em prol do desenvolvimento de uma intervenção concertada e sustentada. Atouguia (2010) reforça ainda, que as dinâmicas de intervenção em rede pressupõem mudanças nas lógicas de intervenção convencionais, introduzindo-se novas formas de estar, pensar e agir.

A participação dos profissionais envolvidos em dinâmicas de intervenção em rede, maioritariamente enquanto representantes das organizações que integram, pressupõe não só mudanças ao nível das competências, mas também o confronto e conciliação ao nível da arquitetura, funcionamento, cultura e práticas organizacionais, facto sublinhado na última avaliação do PRS. No entanto, os investigadores envolvidos na última avaliação do programa (IESE, 2012a), reconhecem que as dinâmicas introduzidas pela RS trazem ganhos consideráveis para as organizações, nomeadamente com a redução dos seus tempos de gestão da intervenção e fechamento institucional, bem como a introdução de mecanismos de gestão mais abertos e participados.

Nas investigações de Nowak (2001) e Andrade (2006) denotamos que a mais-valia para as organizações que se articulam a partir desta plataforma de planeamento passa pelo esbater progressivamente a sobreposição de intervenções sob um mesmo objeto e potenciar de forma contínua e efetiva, o desenvolvimento de estratégias de ação, o intercâmbio de informação e a partilha de interesses e objetivos comuns, pretendendo

alcançar cooperativamente as metas estabelecidas e concertadas para o desenvolvimento local.

Encontramos nas reflexões partilhadas por Henriques (2014), uma das mais-valias que a ‘experiência animadora’ do PRS abarcou para os territórios, designadamente o seu potencial na maximização da articulação, coordenação e afetação de recursos, humanos ou materiais, para o aprofundamento de uma ação concertada em prol da coesão territorial.

Assim, e na ótica deste autor, o PRS inscreve-se numa perspetiva de coesão territorial na medida em que promove ao nível da iniciativa local a: mobilização integral de recursos nos territórios; reestruturação conceptual por via da capacitação dos agentes para os desafios contemporâneos; agregação da simultaneidade e complementaridade do poder central com o local; integração territorial de políticas públicas; e, à organização de processos de aprendizagem, produção do conhecimento e desenvolvimento de competências imprescindíveis à mobilização do potencial endógeno.

1.3. Construção de um referencial teórico-metodológico

1.3.1. Modelo de Análise

Subjacente aos pressupostos teóricos orientou-se a investigação pelo modelo de análise orientador do pensamento e encadeamento de dimensões, conceitos e indicadores. Este representou uma ferramenta enriquecedora para todo o plano metodológico, uma vez que preconiza as variáveis de exploração das perceções e subjetividades dos profissionais face à Política pública PRS o seu ambiente organizacional e as conseqüentes repercussões na intervenção em rede.

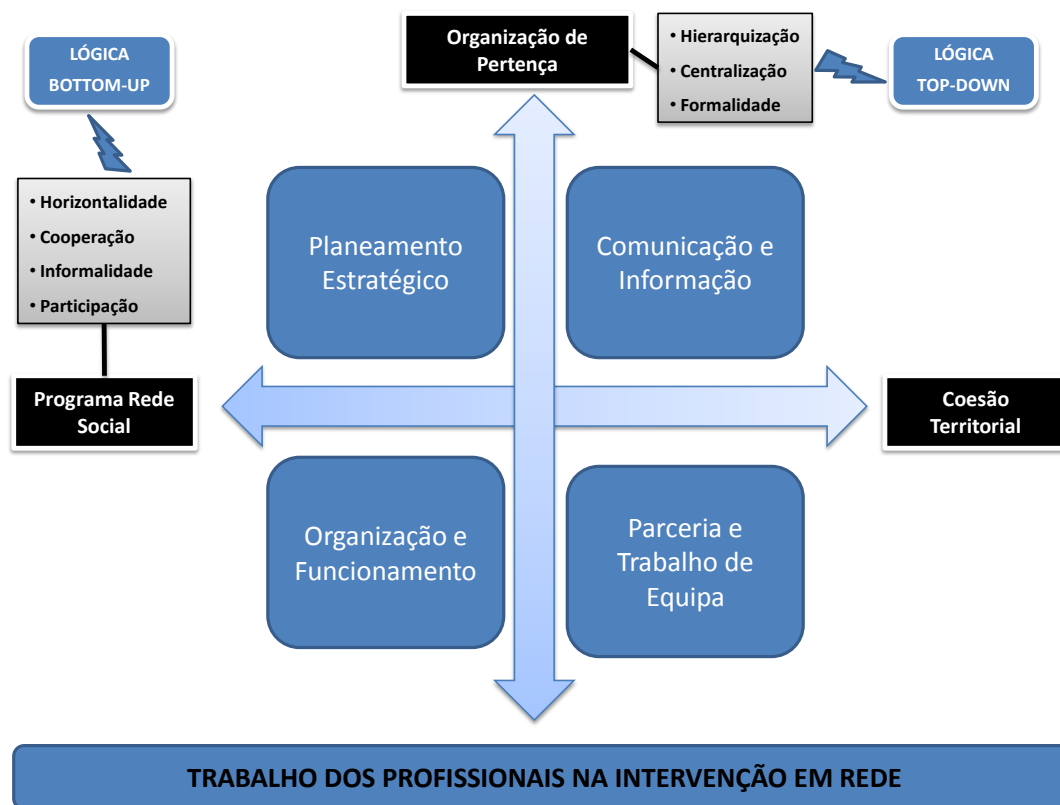


Figura 1 - Modelo de Análise

A construção do modelo de análise teve por base o Mapa de Orientação Concetual desenvolvido por Marcon & Moinet (cit in Balestrin & Vargas, 2004), dado o enfoque desta investigação no trabalho desenvolvido pelos profissionais na intervenção em rede e, simultaneamente, como elementos que integram as organizações de uma rede interorganizacional.

Esta intervenção é desenvolvida no âmbito da medida de política PRS que visa a promoção do desenvolvimento local e o combate à pobreza e exclusão social, a partir da maximização dos recursos endógenos e numa lógica de *bottom-up*, ou seja, parte do potencial de adequação das intervenções às especificidades (problemas, necessidades e recursos) de cada território, numa lógica de planeamento participado e integrado (cf. Figura 1).

Procurou-se compreender em três RS's com níveis de funcionamento distintos as conceções que os profissionais têm sobre o PRS e a forma como estas influenciam as dinâmicas de intervenção em rede, nomeadamente na:

- **Globalidade**, enquanto medida de política pública centrada nas dinâmicas de ação social ou de promoção do desenvolvimento local, bem como as perspetivas futuras para o PRS; e
- **Especificidade**, quanto ao envolvimento dos profissionais/organizações na intervenção em rede em relação com o modelo de funcionamento da RS ao nível dos processos de planeamento, comunicação e informação e dinâmicas de parceria.

Partimos para a exploração do modelo de análise com a pretensão de analisar a existência de diferentes posturas conceptuais quanto à lógica de intervenção do PRS umas mais orientadas para a promoção de desenvolvimento local e outras para medidas mais assistencialistas. Pretendeu-se também explorar o envolvimento dos profissionais na intervenção em rede, o qual adquire uma forte centralidade no modelo de análise (cf. Figura 4), nomeadamente ao nível das seguintes dimensões de análise: processos de planeamento estratégico, organização e funcionamento da RS, comunicação e informação e parceria e trabalho de equipa.

Dado o percurso evolutivo que o programa percorreu ao longo da sua implementação e encontrando-se segundo o último relatório de avaliação numa fase de consolidação, dando o seu contributo para as políticas europeias de coesão territorial, explorou-se na fase final as perspetivas dos profissionais quanto aos aspetos a melhorar ou a potenciar no PRS.

Tendo por base a construção deste modelo de análise orientador da investigação e delinear-se como objetivos: i) compreender as conceções dos profissionais relativamente ao PRS, na especificidade e na globalidade; ii) identificar as diferentes potencialidades e/ou constrangimentos do PRS; iii) analisar as potencialidades e constrangimentos do trabalho dos profissionais na intervenção em rede, ao nível interorganizacional; e, iv) perceber as perspetivas de evolução e contributos do PRS para a coesão territorial.

Neste contexto, tornou-se possível a formulação das seguintes hipóteses de investigação orientadoras do trabalho analítico subsequente:

Hipótese 1 – As conceções que os profissionais fazem do PRS numa lógica mais assistencialista ou de promoção de desenvolvimento local, influenciam o nível de funcionamento das Redes Sociais locais.

Hipótese 2 – A relevância ou irrelevância do trabalho dos profissionais na intervenção em rede é influenciado pelos conhecimentos técnicos para o planeamento estratégico, envolvimento no trabalho em parceria, tempo de afetação e poder de decisão que dispõem.

Hipótese 3 – A influência do poder técnico dos profissionais na emissão dos pareceres depende do contexto das instâncias decisoras na intervenção em rede.

Estas hipóteses são formuladas com intuito de se potenciar mais conhecimento substantivo numa lógica indutiva sobre esta temática. Considerando a nossa opção metodológica, a seguir explicitada, estamos longe de esquemas de refutabilidade assentes em padrões de inferência estatística.

1.3.2. Referencial Metodológico

A orientação de uma investigação não só é pautada pela definição da problemática, questões e objetivos, como também pelas opções epistemológicas e metodológicas, materializadas na seleção dos métodos e técnicas de recolha e análise da informação. Gauthier (2003) demonstra que o investigador deve ser capaz de conduzir a investigação com base num paradigma de investigação e numa abordagem metodológica coerentes com os propósitos que pretende alcançar.

Para o efeito, sustentou-se a investigação numa abordagem qualitativa para a recolha e tratamento da informação. A opção por este tipo de abordagem tem por base as perspetivas teóricas de Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (2008), Coutinho, (2013) e Marcus & Liehr (2001), bem como os seguintes pressupostos:

- O objeto de estudo passa pela compreensão e interpretação das conceções dos profissionais sobre o PRS, as dinâmicas de intervenção em rede e a influência das ideologias organizacionais no funcionamento e participação dos mesmos nas RS locais; e,
- A captação de processos e significados que não podem ser rigorosamente examinados ou medidos em termos de quantidade, intensidade e frequência.

Neste contexto e de acordo com Aires (2011), selecionaram-se dois tipos de técnicas de recolha de informação: por um lado, uma técnica indireta ou não interativa, materializada na análise documental dos documentos estratégicos (DS e PDS); e, por outro lado, uma técnica direta ou interativa, que passa pela realização de *focus group* com os profissionais que integram os NE de três RS concelhias. Pretendia-se compreender o objeto de estudo tal como este é percebido pelos participantes (Savoie-Zajz, 2003).

A análise documental foi utilizada como um mecanismo de complementaridade na medida em que orientou a seleção do campo empírico, ou seja, três RS com diferentes níveis de funcionamento, designadamente: 1) num estágio avançado; 2) num estado intermédio; e 3) num estado embrionário. A operacionalização desta técnica assentou em categorias-chave e indicadores de análise (cf. Anexo 1) relacionados com o modelo de análise.

A aplicação dos *focus group* foi realizado com recurso a um guião estruturado por tópicos e numa sessão junto dos NE's de cada RS⁴, na medida em que, por um lado, são compostos por profissionais de intervenção social que representam diferentes organizações e são parceiros na RS e, por outro lado, proporciona a partir do debate e interação grupal estimula a partilha de ideias e novas aprendizagens.

Decorrido o processo de recolha de informação recorreu-se à técnica de análise de conteúdo para o captar dos significados da informação em análise e a subjetividade das particularidades dos conteúdos, tal como Geoffrion (2003) refuta. Esta técnica é definida por Flick (2007, p. 206) como um dos procedimentos clássicos para analisar material textual, independentemente da origem da mesma, que vai desde produtos dos meios de comunicação a dados de entrevistas. Uma das suas características essenciais é o uso de categorias, (...)”⁵.

Recorrendo-se assim, às perspetivas de autores como Bardin (2011), Fortin, Côté & Françoise (2009), Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (2008), o tratamento da informação teve em consideração os seguintes princípios: objetividade (confronto dos conhecimentos ou das ideias com o mundo empírico); credibilidade (exatidão na descrição do fenómeno vivido pelos participantes); fiabilidade (apresentação das diferentes perspetivas); exaustividade (abranger o conjunto das unidades de sentido); pertinência (adaptação das categorias aos propósitos da análise – questões e objetivos do estudo) e a produtividade (obtenção de resultados férteis a partir da análise das categorias).

⁴ Importa salientar que face à experiência profissional da investigadora no âmbito do PRS e a não inviabilização da recolha de informação, bem como dada a proximidade estabelecida com organizações e profissionais, privilegiou-se como campo empírico, três RS concelhias de uma região onde não tenha estado envolvida. Tendo como principal objetivo captar o máximo de informação possível sobre o objeto de estudo, selecionaram-se como participantes os profissionais que integram o NE de três RS e que simultaneamente representam diferentes organizações e setores de intervenção.

⁵ Tradução da nossa autoria (Original: “*El análisis de contenidos uno de los procedimientos clásicos para analizar el material textual, con independencia de la procedencia de éste, que va desde productos de medios de comunicación a datos de entrevista. Uno de sus rasgos esenciales es el uso de las categorías, (...)*” (Flick, 2007, p. 206).

2. Apresentação e discussão dos principais Resultados

Tendo por base a explicitação anteriormente realizada do modelo de análise orientador desta investigação, as técnicas seleccionadas para a recolha e tratamento da informação, passaremos neste ponto à sistematização e apresentação dos principais resultados que emanam da leitura dos discursos dos profissionais, com recurso a enquadramentos concetuais e uma estrutura organizativa resultante do processo de análise de conteúdo e respetiva categorização.

2.1.Perspetiva dos Profissionais sobre o PRS

Partindo das conceções de diversos autores como Monteiro (2008), Castro & Gonçalves (2002) e aqueles que participaram na última avaliação do programa (IESE, 2012a), apreende-se que o PRS é entendido como um instrumento metodológico de suporte ao desenvolvimento local, pela aposta efetiva em processos de planeamento estratégico participado, mobilização de esforços e recursos e pelo desenvolvimento de intervenções integradas e concertadas, em sede de parceria territorial e em prol da concretização de objetivos comuns.

Por seu turno, os investigadores envolvidos na última avaliação do PRS (IESE, 2012a), tornaram claro nas suas conclusões, que ainda persiste uma dupla tensão ligada à identidade da RS, nomeadamente pelo facto de uns a considerarem como uma estratégia de desenvolvimento local e outros como um instrumento focalizado na inclusão social, na ação social e nos equipamentos sociais, esta é também visível nas conceções de alguns profissionais envolvidos nesta investigação.

Área Temática – Perspetiva dos Profissionais sobre o Programa Rede Social	
Categoria – Mecanismo de Promoção de Desenvolvimento Local	
Subcategorias	Visão territorializada
	Cultura de participação
	Ação tansetorial
Categoria – Mecanismo de Intervenção Social	
Subcategorias	Eminentemente assistencialista
	Pontual sem planeamento prévio

Em consonância com as perspetivas teóricas, verificamos que os nossos resultados apontam para um reconhecimento divergente quanto à identidade da RS enquanto mecanismo de promoção de desenvolvimento local ou de intervenção estritamente social. Os resultados obtidos nesta investigação demonstram que a conceção que os profissionais têm sobre o PRS numa lógica mais restrita aos processos de ação social ou de promoção de desenvolvimento local influencia o nível de funcionamento e as dinâmicas de intervenção da RS que integram.

2.2. Envolvimento do Profissional na Intervenção em Rede

O impulso para a integração de processos de planeamento estratégico e utilização de metodologias que apelam à participação no âmbito da intervenção territorial, são dois dos princípios basilares do PRS. Esta reconceptualização e experimentação de novas formas de intervenção, nomeadamente processos metodológicos nas áreas do planeamento, impõem aos agentes envolvidos a aquisição e fortalecimento de novas competências e conhecimentos para as dinâmicas de intervenção em rede, factos que têm sido sublinhados por Alves (2012) e Gonçalves (2008).

Área Temática – Envolvimento do Profissional na Intervenção em Rede	
Categoria – Processo de Planeamento Estratégico	
Subcategorias	Competências para um agir estratégico
	Metodologias de planeamento participativas
	Rentabilização de recursos

Tendo por base os resultados obtidos evidenciamos que os profissionais reconhecem os processos de planeamento estratégico e aplicação de metodologias participativas desenvolvidas na RS, como um espaço de aquisição de competências para um agir mais estratégico e coletivo, bem como de alteração no agir e pensar as formas de atuação sobre os problemas.

Estes indicadores foram abordados com alguma particularidade pelos profissionais, na medida em que o seu envolvimento pró-ativo seja influenciado pelo reconhecimento da: aquisição de competências na definição de estratégias conjuntas de intervenção a médio/longo prazo e pela leitura holística da realidade do território; e alteração no agir e

pensar as formas de atuação materializado nas desmistificação da participação efetiva em detrimento da mera ‘representação’ formal da organização e o extravasar os processos de planeamento à realidade organizacional.

O modelo de organização e funcionamento de cada uma das RS’s envolvidas, tinha como objetivo explorar a forma como é animada a RS a nível local e captar a perceção dos profissionais quanto à conjugação, por vezes, de lógicas de intervenção divergentes e as suas repercussões nas dinâmicas de intervenção em rede.

Partindo das perspetivas de Almeida (2008) e Ribeiro & Baptista (2008), assiste-se, com a implementação do PRS, a uma transformação da lógica de intervenção mais funcionalista, centralizada e imposta a “partir de cima” para uma lógica mais descentralizada e imposta a “partir de baixo”. Isto introduziu um maior enfoque no poder coletivo das comunidades para a tomada de decisão partilhada e integrada sobre os problemas e necessidades que sentem, bem como sobre as melhores opções de intervenção a implementar.

Área Temática – Envolvimento do Profissional na Intervenção em Rede	
Categoria – Organização e Funcionamento da RS	
Subcategorias	Exercício da liderança
	Autonomia e partilha na decisão
	Fechamento institucional
	Instrumentalização da RS

A forma como é exercida a liderança nas organizações, na RS e nas estruturas organizativas da própria rede é um dos aspetos assinalados pelos profissionais como algo que facilita ou por vezes fragiliza o funcionamento da RS ou seja, varia consoante o modelo de liderança adotado, mais participativo ou dominador.

Estas características presentes nos agentes que lideram as diferentes instâncias mencionadas são influenciadas, na perspetiva dos profissionais, pela perceção que os próprios têm sobre o trabalho em rede, pela rotatividade subjacente a estes cargos e pelos conhecimentos conceituais e instrumentais.

O PRS tem como princípio basilar de funcionamento uma cultura assente nos princípios de horizontalidade, transparência e abertura, enquanto meio para a promoção da cooperação entre agentes locais e complementaridade na ação coletiva. Este pressuposto,

na perspectiva de Castro & Gonçalves (2002) e os investigadores envolvidos na última avaliação do PRS (IESE, 2012a), vem ‘chocar’ com a cultura dominante nas organizações locais centradas em princípios de compartimentação, fechamento, não partilha de recursos ou competências e relações hierárquicas verticais vincadas.

A influência das questões político-partidárias na organização e funcionamento da RS, enquanto mecanismo de instrumentalização, percorre alguns dos discursos dos profissionais integrados nas três RS’s. Conformando a perspectiva de Gonçalves (2008) e Ribeiro & Baptista (2008) percebemos que a incompreensão do papel e das funções da RS por parte de muitos parceiros e a associação política que é feita influenciam algumas das decisões coletivas e formas de participação dos parceiros.

Área Temática – Envolvimento do Profissional na Intervenção em Rede	
Categoria – Parceria e Trabalho de Equipa	
Subcategorias	Dinâmicas de parceria
	Dinâmicas do NE
	Condicionalismos de recursos humanos

As dinâmicas de intervenção em rede desenvolvem-se em sede de parceria local restrita ou alargada consoante a tipologia de intervenção que se pretende desencadear. Gonçalves (2011) explora também na sua investigação, a parceria em rede como dimensão de análise, enquanto processo de ação conjunta e mobilização de competências e recursos, numa lógica horizontal e de co-responsabilização dos parceiros.

A partir da análise da informação recolhida foi perceptível as perceções que os profissionais realizaram à dimensão de análise da parceria e trabalho de equipa, diferenciando-se as seguintes abordagens: uma mais macro, onde referem que a RS impulsionou e desenvolveu as formas de intervir dos profissionais e organizações reforçando-se a articulação, as dinâmicas de parceria e a participação dos parceiros; e, uma mais micro, com um enfoque na animação da RS, no processo de produção dos documentos estratégicos e no efetivo trabalho em equipa, centrado na articulação e parceria existente entre elementos de NE.

Pese embora sublinhem como mais-valias as dinâmicas de parceria e de trabalho de equipa impulsionados pelo PRS, assinalaram também que o funcionamento da RS é muitas vezes confrontado com condicionalismos de recursos humanos que torna a sua

animação menos célere. Estes influenciam também o desempenho profissional na intervenção em rede, nomeadamente pelo tempo de afetação que a organização lhe estabelece para a RS e pela sobrecarga de funções que os profissionais desempenham na RS e na organização de pertença.

Não será então de estranhar que a relevância ou irrelevância do trabalho dos profissionais de intervenção em rede se relacione com esta sobrecarga e tempo de afetação no desempenho das funções na RS, pela repercussão que tem na interiorização dos conhecimentos e ferramentas para uso no desempenho profissional. Interligado a estes fatores encontramos ainda, o poder de decisão condicionado, de consulta aos dirigentes, que os profissionais dispõem.

Área Temática – Envolvimento do Profissional na Intervenção em Rede	
Categoria – Processo de Comunicação e Informação	
Subcategorias	Processo de integração de novos parceiros
	Sistemas de informação e comunicação

O sistema de informação e comunicação é um instrumento privilegiado pelas RS's como um mecanismo de divulgação da documentação, circulação dos documentos produzidos entre os parceiros e em alguns casos de monitorização das atividades das redes, tal como o último relatório de avaliação do PRS demonstra (IESE, 2012a).

Tal como os discursos demonstram, os profissionais enfatizam ainda que a RS proporciona um maior conhecimento da realidade territorial e a partilha de informação, quer pelos ganhos da informalidade e proximidade na RS de nível embrionário, quer pela partilha e troca de informação interna e externa às organizações onde se inserem.

2.3. Perspetivas Futuras do Profissional para o PRS

A implementação de medidas de política que pretendam desencadear processos de desenvolvimento local são demarcados por avanços, recuos e adequações ao contexto onde se inserem. Para o efeito, o PRS não é exceção e os profissionais que desempenham funções e atividades no seio de uma RS local apontam aspetos que importa melhorar ou investir.

Ainda que a aquisição de competências para um agir estratégico e a cultura de aprendizagem sejam características atribuídas pelos profissionais ao trabalho em rede, verifica-se que o reforço de processos de capacitação-ação é um dos aspetos que na perspetiva dos mesmos carece de um progressivo e contínuo investimento, face à necessidade de aquisição/atualização de novas competências e às constantes alterações que vão surgindo no contexto de intervenção social.

Tendo presente que uma grande parte dos profissionais integram organizações com lógicas *top-down* e que a autonomia e partilha de decisão foi um dos indicadores assinalados na organização e funcionamento das RS's, assiste-se nesta dimensão de análise à necessidade de sublinhar a importância da delegação da tomada de decisão para a animação da RS.

Área Temática – Perspetivas Futuras do Profissional para o PRS	
Categoria – Aspetos a melhorar	
Subcategorias	Capacitação-ação
	Delegação para a tomada de decisão
Categoria – Contributos para a Coesão Territorial	
Subcategorias	Reforço de uma cultura de cooperação
	Governança multinível
	Pensamento para uma intervenção suprasetorial

De acordo com as perspetivas de Henriques (2014) e Santinha & Marques (2012) apreende-se que a coesão territorial é um processo de articulação intersectorial e integração do planeamento territorial, na definição e operacionalização de respostas específicas aos problemas e necessidades identificados nas e pelas próprias comunidades locais.

É neste contexto, que os investigadores envolvidos na última avaliação do PRS (IESE, 2012b) lhe atribuem especial importância na promoção da coesão territorial, enquanto mecanismo de animação territorial que promove as condições institucionais e organizacionais necessárias para a construção de respostas localmente específicas e mobilização do potencial endógeno.

Partindo das perspetivas dos investigadores envolvidos na última avaliação (IESE, 2012a), Henriques (2014) e a reflexão com os profissionais sobre os contributos que a

experiência do PRS pode dar para o aprofundamento da coesão territorial, denotamos a identificação dos seguintes pontos a potenciar ou a consolidar no futuro: reforço de uma cultura de cooperação (contínuo investimento em processos de planeamento e espaços de reflexão coletivos na elaboração, operacionalização e avaliação dos instrumentos de planeamento); governação multinível [envolvimento dos parceiros ao nível das CSIF (freguesia), CLAS (concelho) e Plataformas Supraconcelhias (região)]; e, pensamento para uma intervenção transetorial (articulação intersetorial com instâncias de planeamento que atuam para além do social, numa lógica de promoção do desenvolvimento local).

Conclusão

Partindo da conceção do PRS enquanto uma rede interorganizacional que estimula o fortalecimento da ação coletiva e a criação de plataformas de intervenção colaborativas ao nível local, regional e nacional. A intervenção em rede assume-se neste contexto como uma mola impulsora dos processos de desenvolvimento social local, pois favorece a articulação das intervenções sociais em diferentes áreas, assentes num planeamento estratégico e integrado que consensualiza e coresponsabiliza aqueles que participam nas ações locais (Monteiro, 2008)

A exploração das conceções dos profissionais envolvidos nesta investigação demonstram que as RS's locais permitem a consolidação de processos de ação coletiva, materializados nas dinâmicas de parceria potenciadoras da mobilização dos agentes para a identificação dos problemas, a procura de respostas de forma concertada e mais ajustadas às prioridades coletivamente assumidas, a adaptação e maximização das intervenções às especificidades territoriais e rentabilização dos recursos.

Em conformidade com a perspetiva de Gonçalves (2011) e Alves (2012) e a informação recolhida junto dos profissionais envolvidos nesta investigação, denotamos que a implementação do PRS potenciou a emergência de práticas de intervenção mais integradas, multidimensionais e territorializadas, o que deu origem a uma demarcação progressiva do cunho assistencialista e remediativo que esteve na sua génese. Para isto também contribuiu o impulso para ações territorializadas e processos de planeamento estratégico potenciadores da participação e responsabilização dos agentes locais.

Encarando as conexões presentes entre os fatores positivos e negativos que os profissionais identificam no funcionamento da RS e a sua influência na relevância ou

irrelevância do seu trabalho na intervenção em rede, denotamos que os nossos resultados atribuem, por um lado, uma maior ou menor relevância ao trabalho dos profissionais face aos conhecimentos técnicos que estes vão adquirindo ou aprofundando para os processos de planeamento estratégico e pelo seu envolvimento no trabalho em parceria. Por outro lado, a relevância ou irrelevância do seu trabalho relaciona-se ainda com as questões de tempo de afetação e poder de decisão que dispõem para a participação efetiva na ação coletiva.

Neste contexto, a participação dos profissionais nas dinâmicas de intervenção em rede pode tornar-se cada vez mais relevante pelo processo de aprendizagem e pela assunção de responsabilidades e tomadas de decisão partilhados e negociados coletivamente. Para Alves (2012), a cultura de parceria é cada vez mais intrínseca às rotinas de trabalho dos profissionais com ganhos ao nível do sentimento de pertença e responsabilidade nos processos em que se envolvem e para com as mudanças a implementar no território.

Henriques (2014) numa das suas redações sobre as questões da coesão territorial demonstra que esta pode ser entendida como um processo de articulação que visa a criação de condições para uma melhor cooperação entre os territórios e a participação de atores de âmbito mais alargado, através de parcerias de base territorial e numa lógica multinível. Visa ainda, promover abordagens territorialmente integradas na resolução dos problemas envolvendo respostas intersectoriais e a cooperação entre diferentes atores.

Assim, entendemos que pelas dinâmicas impulsionadas nas experiências que os profissionais foram descrevendo, a RS assume-se como uma plataforma de articulação e concertação de vontades e interesses na maximização do potencial presente no território, enquanto observatório das dinâmicas sociais locais e estrutura de monitorização sistemática e atempada de novas potencialidades e constrangimentos para a intervenção territorial estratégica. Deste modo os nossos resultados conformam que os processos de planeamento estratégico, a partir de dinâmicas de parceria e participação alargadas, contribuem para que o PRS seja encarado como “...um importante «laboratório» na aferição da mudança no que toca a modelos e práticas de intervenção social.” (Monteiro, 2008, p. 11).

Referências Bibliográficas

- Abreu, S. G. (2003). Programa Rede Social: Questões de intervenção em rede secundária. In *Interações*, nº 5, pp. 67-90. Consultado em Abril 12, 2012, em http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CE4QFjAA&url=http%3A%2F%2Finteracoes-ismt.com%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F86%2F90&ei=x a72T_ebMceX0AXM1fyVBw&usg=AFQjCNHf9lRhOgJmWngIOhVP8ev9ubf5VA&sig2=lf7GIWiLL04PCuhhxKBHag.
- Aires, L. (2011). *Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta. Consultado em Outubro 29, 2013, em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/1/Paradigma%20Qualitativo%20e%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Educacional.pdf>.
- Almeida, A. M. (2008). O Caso da Guarda. In Monteiro, A. A. & Ribeiro, F. B. (Org.), *Redes Sociais: Experiências, política e perspectivas*, (1ª ed.), pp. 21-31. Ribeirão: Edições Húmus.
- Alves, J. E. (2012). *Parceiros em Rede: Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação*. (1ª Ed.). Porto: Fronteira do Caos.
- Alves, J. E., Cheta, R. & Martins, A. C. (2008). Programa Rede Social em Portugal. Projectos e dinâmicas locais nas áreas do emprego e formação. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Prática*. Consultado em Julho 20, 2013, em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/329.pdf>.
- Andrade, J. A. (2006). Rede de Actores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil?. *Gestão & Regionalidade*. nº 64, pp. 52-66. Consultado em Novembro, 2012, em http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/56.
- Atouguia, P. M. A. P. (2010). *Políticas Sociais Territoriais e Sistemas de Informação para Produção de Diagnósticos Sociais. O caso do Programa Rede Social em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (6ª ed.). Lisboa: Edições 70, LDA.
- Balestrin, A. & Vargas, L. M. (2004). A Dimensão Estratégica das Redes Horizontais de PMEs: Teorizações e Evidências. *Revista de Administração Contemporânea*. Edição Especial, pp. 203-227. Consultado em Janeiro 23, 2013, em <http://www.scielo.br/pdf/rac/v8nspe/v8nespa11.pdf>.

- Castro, J.L. & Gonçalves, A.T. (2002). A Rede Social e o Desenvolvimento Local: Parcerias Sociais e Planeamento Participado. *Cidades - Comunidades e Territórios*. nº 4, pp. 71-82. Consultado em Abril 8, 2013, em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3348>.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20062066%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=%27Decreto-Lei%27&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>
- Despacho Normativo nº8/2002 <http://www.legislacao.org/primeira-serie/despacho-normativo-n-o-8-2002-social-rede-programa-entidades-153264>
- Fortin, M. F., Côté, J. & Françoise, F. (2009). *Fundamentos e Etapas do processo de investigação*. (1ª ed.). Loures: Lusodidacta – Soc. Port. de Material Didáctico, Lda.
- Flick, U. (2007). *Introducción à la investigación cualitativa*. (1ª ed.). Madrid: Ediciones Morata, S.L.
- Gauthier, B. (2003). *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*. (3ª ed.). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Geoffrion, P. (2003). O Grupo de Discussão. In Gauthier, B. (Dir.), *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*, (3ª ed.). pp. 319-344. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Giglio, E. M. & Ryngelblum, A. L. (2009). Uma Investigação sobre o Ator Consumidor na Rede de Pirataria e uma Proposta de Alternativa de Estratégia de Combate. *RAM – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE*. Vol. 10, nº 4, pp. 131-155. Consultado em Dezembro 20, 2013, em <http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n4/07.pdf>.
- Gonçalves, H. J. F. (2011). *Estratégias colectivas de governação local no campo social: alcances e limites - Estudo sociológico comparativo Portugal e Espanha*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Salamanca, Universidade de Salamanca.
- Gonçalves, H. J. F. (2008). A Rede Social de Carrazeda de Ansiães: experiências, discursos e perspetivas. In A. Monteiro & F. Ribeiro (Orgs.), *Redes Sociais: Experiências, política e perspetivas*. (1ª ed.). pp. 49-67. Ribeirão: Edições Húmus.

- Henriques, J. M. (2014). Condição Contemporânea, Ação Humana e Inovação Social. In C. Morais & F. Rodrigues (Coords.). *Por um Alto-Minho Coeso e Inclusivo: A experiência de um Projeto ancorado nas Redes Sociais*, pp. 14-31. Viana do Castelo: Blisq Creative.
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2001). Programa Rede Social. Consultado em Março 14, 2014, em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/programa_rede_social.
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2012a). *Projecto Rede em Prática – Relatório Final de Avaliação*. Lisboa: Autor. Consultado em Outubro 30, 2013, em <http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Estudos%202013/RelatorioFinalAvaliacaoRede%20em%20pratica.pdf>.
- Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2012b). *Projecto Rede em Prática – Guia de Experiências*. Lisboa: Autor. Consultado em Outubro 30, 2013, em http://app.cm-loures.pt/redesocial/img%5CGUIA_DE_EXPERIENCIAS_REDE_SOCIAL.pdf.
- Lessard-Hébert, H., Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Marcus, M., Liehr, P. (2001). Abordagens de Pesquisa Qualitativa. In G. Lobiondo-Wood & J. Haber (Eds.). *Pesquisa em Enfermagem: Métodos, Crítica e Utilização*, (4ª ed.), pp. 122-139. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Monteiro, A. A. (2008). Introdução. In A. Monteiro & F. Ribeiro (Orgs.), *Redes Sociais: Experiências, política e perspectivas*, (1ª ed.), pp. 11-17. Ribeirão: Edições Húmus.
- Morais, C. & Rodrigues, F. (Coords.). (2014). *Por um Alto-Minho Coeso e Inclusivo: A experiência de um Projeto ancorado nas Redes Sociais*. Viana do Castelo: Blisq Creative.
- Nohria, N. (1992). Is a network perspective a useful way of studying organizations?. In Nohria, N. & Eccles, R. G. (Ed.). *Networks and organizations: structure, form, and action*. Boston: Harvard Business School Press.
- Nowak, J. (2001). O Trabalho Social em Rede. In Mouro, H. & Simões, D. (Eds.). *100 Anos de Serviço Social*. (1ª ed.), pp. 151-183. Coimbra: Quarteto.
- Oliveira, V. M., Andrade, E. O. & Cândido, G. A. (2007). Um paralelo entre Redes Interorganizacionais e Estratégias de Inserção Competitiva: O Caso da Rede Smart no Estado da Paraíba. *SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Consultado em Abril 12, 2012, em http://www.aedb.br/seget/artigos07/1261_Artigo%20Seget.pdf.

- Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficinas do CES*. nº 271. Consultado em Abril 12, 2012, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>.
- Resolução do Conselho de Ministros nº. 197/97, de 18 de Novembro de 1997 – Criação do Programa Rede Social. Consultado em Junho 5, 2012, <http://www.cm-rpena.pt/documentos/social/resolucao19797.pdf>.
- Ribeiro, F. B. & Baptista, A. (2008). Entre o entusiasmo dos técnicos e o cepticismo dos parceiros: o processo de avaliação de uma rede social em contexto de conflito político. In A. Monteiro & F. Ribeiro (Orgs.), *Redes Sociais: Experiências, política e perspectivas*, (1ª ed.), pp. 49-67. Ribeirão: Edições Húmus.
- Santinha, G. & Marques, T. (2012). A integração do principio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*. nº 2 (Dezembro), Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 215-244. Consultado em Setembro 25, 2014, em <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/56/23>.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A Entrevista Semidirigida. In Gauthier, B. (Dir.), *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*, (3ª ed.), pp. 279-301. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Wellman, B. (1988). *Social Structures: A Network Approach*. Cambridge: Wellman, B. & Berkowitz, S. D. editors, Cambridge University.